

Documentos de Prestação de Contas - 2014

Notas ao Balanço e à Demonstração de
Resultados
(Doc. n.º 13)

MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA

Anexo ao Balanço de 31 de dezembro de 2014

8.2. Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Nota Prévia

1. Com vista ao cumprimento do estipulado no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, foi elaborado o presente balanço, de acordo com os princípios contabilísticos fundamentais previstos no plano de contabilidade supra referenciado.

Neste contexto, foram tomadas todas as medidas e preceitos legais aplicáveis, de modo a que o presente balanço represente, de forma fiel e rigorosa, a situação patrimonial do Município de Albufeira em 31 de dezembro de 2014.

2. As notas que a seguir se desenvolvem respeitam a numeração definida pelo POCAL com exceção das rubricas 8.2.1., 8.2.2., 8.2.4., 8.2.5., 8.2.10., 8.2.11., 8.2.13., 8.2.17., 8.2.18., 8.2.20., 8.2.21., 8.2.23., 8.2.24., 8.2.25. e 8.2.30., por não serem aplicáveis.

8.2.3. Os critérios valorimétricos utilizados relativamente às rubricas do balanço e da demonstração de resultados foram:

a) Imobilizado Corpóreo

Os bens do activo imobilizado foram registados ao custo de aquisição ou construção (IVA incluído, por não ser dedutível, nas imobilizações que não envolvam despesas relacionadas com a captação, tratamento e distribuição de água, dado que este Município utiliza o critério de afectação real no que concerne ao IVA).

As amortizações foram efectuadas pelo método das quotas constantes e às taxas máximas legalmente fixadas no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE) – Portaria n.º 671/2000 de 17 de abril (2.ª Série).

Todos os bens do activo imobilizado foram amortizados às taxas legais aplicáveis.

b) Existências e Materiais Diversos

As contas de existências registam o custo de aquisição (IVA incluído, por não ser dedutível, nas aquisições que não envolvam despesas relacionadas com a captação, tratamento e distribuição de água, dado que este Município utiliza o critério de afectação real no que concerne ao IVA), relativo aos bens aprovisionáveis destinados ao consumo e à incorporação material nos produtos finais, tendo sido adoptado o sistema de inventário permanente.

O método de custeio das saídas adoptado foi o Custo Médio Ponderado (CMP), por se considerar o método que melhor evidencia o custeio dos bens aprovisionáveis e destinados ao consumo.

c) Dívidas de Terceiros

No que se refere às dívidas de terceiros, nomeadamente as provisões constituídas de modo a fazer face às dívidas de clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa foi adoptado o seguinte critério estabelecido no POCAL:

- 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.

Quanto às provisões para fazer face a riscos e encargos inerentes a processos judiciais em curso, foi utilizado o critério tipificado pelo POCAL.

d) Acréscimos e diferimentos

Nota introdutória:

Esta conta destina-se a permitir o registo dos custos e dos proveitos nos exercícios a que respeitam.

271 - Acréscimos de proveitos:

Esta conta serve de contrapartida aos proveitos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja receita só venha a obter-se em exercício(s) posterior(es).

2711 – Juros a receber:

Nesta conta foram registados os juros de depósitos a prazo ou outras aplicações relativos ao exercício, mas que o Banco creditará apenas no exercício seguinte.

272 – Custos diferidos:

Compreende os custos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes. A quota-parte dos diferimentos incluídos nesta conta que for atribuída a cada exercício irá afectar directamente a respectiva conta de custos.

273 - Acréscimos de custos:

Esta conta serve de contrapartida aos custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer-se em exercício ou exercícios posteriores.

2732 - Remunerações a liquidar:

Compreende, entre outras, as remunerações (e respectivos encargos) devidas por motivo de férias cujo processamento e pagamento ocorra no ano seguinte.

Nesta conta, foram registados os valores correspondentes a estimativa dos custos com remuneração do período de férias, o subsídio de férias, os encargos com a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social de conta do Município, uma vez que, as despesas com férias, subsídios de férias e respectivos encargos são custos do exercício a que se reportam os direitos respectivos.

Assim, em 31 de dezembro de 2014 vence-se o direito dos trabalhadores às férias e subsídio de férias, que vão ser pagas em 2015, sendo tal direito uma obrigação do Município em 31 de dezembro de 2014.

Para dar cumprimento ao princípio da especialização dos exercícios, ao direito às férias e subsídio de férias e respectivos encargos vencidos em 31 de dezembro, deve ser dado o tratamento contabilístico presentemente adoptado no Balanço.

274 - Proveitos diferidos:

Compreende os proveitos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes.

2745 - Subsídios para investimentos:

Incluem-se nesta conta os subsídios associados com activos, que deverão ser transferidos, numa base sistemática, para a conta 7983 «Proveitos e ganhos extraordinários - Outros proveitos e ganhos extraordinários – Transferências de Capital» à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitem.

Assim, foram contabilizados nesta conta, os subsídios recebidos nos últimos anos, por subsídios ao investimento no âmbito do Fundo de Coesão, do FEDER e do FEOGA.

8.2.6. No que concerne as “Despesas de investigação e de desenvolvimento”, realizadas em 2014, podemos referir que as mesmas dizem respeito a Planos de Urbanização.

8.2.7. Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes:



8.2.7

Activo bruto

Ano: 2014

MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA	Rubricas	Un. €					
		Saldo inicial	Reavaliação / ajustamento	Aumentos Alienações Sinistros	Abates	Transferências	Saldo final
De bens de domínio público:							
	Terrenos e recursos naturais	980.979,84					980.979,84
	Edifícios						
	Outras construções e infra-estruturas	138.429.663,96	131.096,08			6.587.344,26	145.148.104,30
	Bens do património histórico, artístico e cultural	269.540,00					269.540,00
	Outros bens de domínio público	5.093.920,82	9.153,06			71.873,13	5.174.947,01
	Imobilizações em curso	29.700.743,71	685.667,67			-6.613.506,02	23.772.905,36
	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	9.566,94					9.566,94
		174.484.415,27	825.916,81			45.711,37	175.356.043,45
De imobilizações incorpóreas:							
	Despesas de instalação	550.399,60	9.471,00				559.870,60
	Despesas de investigação e de desenvolvimento	1.304.529,57	93.811,10				1.398.340,67
	Propriedade industrial e outros direitos	1.215.887,58					1.215.887,58
	Imobilizações em curso						
	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas						
		3.070.816,75	103.282,10			0,00	3.174.098,85
De imobilizações corpóreas:							
	Terrenos e recursos naturais	3.038.378,56	155.159,96			163.500,00	3.357.038,52
	Edifícios e outras construções	67.792.471,63	186.721,94			6.176.972,84	74.156.166,41
	Equipamento básico	12.593.882,90	61.281,11		272.750,91		12.382.413,10
	Equipamento de transporte	3.846.411,67			126.145,18		3.720.266,49
	Ferramentas e utensílios	235.977,25	3.714,51				239.691,76
	Equipamento administrativo	8.871.146,95	37.356,70		23.090,57		8.885.413,08
	Taras e vasilhame						
	Outras imobilizações corpóreas	2.270.627,27					2.270.627,27
	Imobilizações em curso	25.423.577,03	164.331,94			-6.222.684,21	19.365.224,76
	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	183.500,00				-163.500,00	20.000,00
		124.255.973,26	608.566,16		421.986,66	-45.711,37	124.396.841,39
De investimentos financeiros:							
	Parte de capital						
	Obrigações e títulos de participação						
	Investimentos em imóveis:	5.500.251,79					5.500.251,79
	Terrenos e recursos naturais						
	Edifícios e outras construções						
	Outras aplicações financeiras:						
	Depósitos em instituições financeiras						
	Títulos da dívida pública						
	Outros títulos						
	Imobilizações em curso						
	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros						
		5.500.251,79					5.500.251,79

8.2.7

Amortizações e provisões

Ano: 2014

MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA

Un. €

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
De bens de domínio público:				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas	98.845.491,90	5.222.748,15	0,00	104.068.240,05
Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público	1.264.836,59	217.241,27	0,00	1.482.077,86
	100.110.328,49	5.439.989,42	0,00	105.550.317,91
De imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e de desenvolvimento	429.228,96	13.258,89	0,00	442.487,85
Propriedade industrial e outros direitos	864.563,39	144.403,96	0,00	1.008.967,35
	1.293.792,35	157.662,85	0,00	1.451.455,20
De imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções				
Edifícios	8.282.563,16	1.064.975,23	0,00	9.347.538,39
Outras Construções	3.940.662,25	355.468,86	0,00	4.296.131,11
Equipamento básico	11.052.809,42	500.727,88	272.290,10	11.281.247,20
Equipamento de transporte	3.253.793,64	184.149,83	125.978,25	3.311.965,22
Ferramentas e utensílios	217.798,17	7.928,78	0,00	225.726,95
Equipamento administrativo	8.500.394,30	172.042,43	23.090,57	8.649.346,16
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	1.930.474,51	13.851,58	0,00	1.944.326,09
	37.178.495,45	2.299.144,59	421.358,92	39.056.281,12
De investimentos financeiros:				
Parte de capital	0,00	3.629.401,79	0,00	3.629.401,79
Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos em imóveis:				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras:				
Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos da dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	3.629.401,79	0,00	3.629.401,79

8.2.8. Cada uma das rubricas dos mapas atrás referidos, estão desagregadas na relação do Património do Município de Albufeira, que será apresentado pela DGF/DCPGP/GP juntamente com a prestação de contas em apreço, de modo que sejam evidenciadas as seguintes informações:

- Descrição do activo imobilizado;
- Indicação dos valores dos bens adquiridos;
- Datas de aquisição;
- Valores de aquisição ou outro valor contabilístico na sua falta;
- Taxas de amortização;
- Amortizações do exercício e acumuladas;
- Abates de elementos do activo imobilizado;
- Valores líquidos dos elementos do activo imobilizado.

8.2.9. No que diz respeito aos empréstimos obtidos para financiamento de imobilizações, podemos referir que, durante o ano de 2014, o valor pago para amortização de empréstimos é de € 19.156.050,87, sendo o montante pago em juros de empréstimos de € 734.764,65.

O saldo do capital em dívida referente a empréstimos de médio e longo prazo obtidos em 31 de dezembro de 2014 é de € 22.078.155,35.

As despesas realizadas inerentes a Empréstimos obtidos de médio e longo prazo constam do quadro seguinte.

ENDIVIDAMENTO EMPRESÍMOS

(De harmonia com o ponto n.º 8.3.6.1. do POCAL)

Município de Albufeira

Ano: 2014

Caracterização do empréstimo	N.º empréstimo	Entidade	Data de aprovação pela A. M.	Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Número de registo	Visto do TC	Finalidade do Empréstimo (C)	Capital		Taxa de juro		Encargos do ano			Encargos do ano anteriores e não pagos	Divida em 1 de janeiro de 2014	Divida em 31 de dezembro de 2014	Observações
										Contratado	Utilizado	Inicial	Actual	Amortização	Juros	Total				
Total/A transportar																				
	00180000259870019	C.G.D.	30.03.83	17.05.89	25	20	24988	29.04.89	Invest. Habit. Social abrigo do D.L. N.º 11085 de 17 abril (1)*	295.353,20	295.353,20	10,50%	1,58%	19.433,15	547,21	19.980,36		88.469,57	69.026,42	
	00180000268870019	C.G.D.	22.04.84	23.05.84	26	18	44045	09.05.84	Invest. Habit. Social abrigo do D.L. N.º 11085 de 17 abril (64) (1) (2)	716.376,53	716.376,53	7,70%	1,65%	39.418,36	1.776,53	41.196,69		281.423,68	242.085,32	
	00180000284870019	C.G.D.	21.06.89	23.07.89	25	15	12325	07.07.89	Invest. Habit. Social abrigo do D.L. N.º 11085 de 17/04 e 22/07 de 06/06 (47) (1) (2)	846.789,83	846.789,83	3,05%	0,59%	55.078,80	635,14	55.713,94		332.126,23	277.047,43	
	80150000108870019	C.G.D./BEI	27.06.01	23.08.01	20	13	2239/01	06.08.01	Investimento (N)	3.242.186,33	3.242.186,33	4,61%	5,72%	179.723,74	98.451,14	278.174,89		1.766.073,53	1.586.349,79	
	80150000108870027	C.G.D.	27.06.01	23.08.01	20	13	2239/01	06.08.01	Investimento (N)	3.242.186,33	3.242.186,33	0,95%	0,95%	219.490,23	16.727,89	236.218,12		1.815.572,86	1.596.082,06	
	80150000548870019	C.G.D.	29.04.02	21.06.02	20	12	1281/02	12.06.02	Investimento (N)	5.000.000,00	5.000.000,00	4,20%	1,08%	303.702,10	29.331,24	333.033,34		2.693.085,67	2.389.383,57	
	27400224200.8	B.E.S.	29.04.02	12.06.02	20	12	1282/02	12.06.02	Investimento (N)	6.971.150,00	6.971.150,00	4,25%	1,27%	539.242,32	20.995,29	557.207,61		1.876.847,96	1.340.605,84	
	8015.00058.7.01 (80150011884870019)	C.G.D.	26.06.03	20.08.03	20	11	399/03	07.08.03	Utilização, no âmbito da medida 1.5 de Prospecção - OCA III (DL 144 de 16/07/07)	381.490,00	372.470,48	1,00%	1,21%	19.120,09	2.312,05	21.432,14		191.200,90	172.080,81	
	80150013925970019	C.G.D.	30.09.03	16.09.03	15	11	12748	13.10.03	Investimento (N)	770.000,00	770.000,00	2,86%	1,06%	64.681,03	3.254,24	68.115,87		331.105,64	286.244,01	
	81400001993970019	C.G.D.	30.06.03	06.10.04	15	10	2545/04	24.11.04	Investimento (N)	830.000,00	830.000,00	2,57%	0,72%	69.186,67	2.833,19	72.099,86		415.000,02	345.833,35	
	2031336830001	BPI	30.06.05	13.07.05	15	8	1862/05	26.07.05	Investimento (N)	900.000,00	900.000,00	2,30%	0,25%	78.447,41	1.553,56	76.000,97		539.975,61	463.528,20	
	29.020	B.E.S.	05.11.08	04.11.08	20	5	1555/08	21.01.09	Investimento (N)	18.000.000,00	15.432.163,56	5,00%	0,51%	857.342,42	73.396,83	930.739,25		13.074.471,90	12.217.129,48	
	2031336830003	BPI	30.06.09	23.06.09	15	5	1302/09	14.10.09	Investimento (N)	2.916.902,00	2.156.077,00	2,43%	1,69%	319.954,62	22.390,39	342.345,01		1.432.793,29	1.112.838,67	
	4372/2013	PAEL	03.10.12	24.06.13	20	1	984/2013	10.10.13	Pagamento de dívidas vencidas à data de 31 de março de 2012 registadas no SIAL	16.678.725,60	16.396.089,33	3,10%	3,08%	16.396.089,33	460.487,95	16.856.577,28		10.007.235,38	0,00	
Total/A transportar																				
										60.814.531,99	67.169.825,18		18.168.080,87	734.764,65	19.890.816,52		34.846.372,25	22.078.166,35		
										2.885.934,91										

Órgão executivo,
Em _____ de abril de 2015

Órgão deliberativo,
Em _____ de abril de 2015

b) A desagregar por empréstimos bancários, por obrigações, outros empréstimos e por entidade.
c) Utilizar (1), se estiver isento do limite de endividamento, indicando a legislação aplicável; e (N), no caso contrário.
* Isento do limite de endividamento, conforme o disposto na alínea c) do n.º 6 do artigo 24.º da Lei 42/88, de 6 de Agosto.

8.2.12. Estes valores constam da relação entregue pela DGF/DCPGP/GP, supra referida, no que concerne às contas de:

↳ Imobilizações em poder de terceiros, com constituição de direito de superfície.

8.2.14. Estes valores constam da relação entregue pela DGF/DCPGP/GP, supra referida no que concerne aos bens do imobilizado que não foram possíveis valorizar, uma vez que, por um lado não havia conhecimento dos valores de aquisição ou construção e por outro lado, não foi possível estabelecer critérios técnicos válidos e fiáveis para a sua elaboração.

8.2.15. Os bens do domínio público que não são objecto de amortização, são os legalmente consagrados como terrenos e recursos naturais não afectos à extracção, e os bens aos quais não foi possível atribuir valor, que constam da relação da DGF/DCPGP/GP referida no número anterior.

8.2.16. Participações Financeiras:

➤ **Águas do Algarve, S.A**

A empresa Águas do Algarve, S.A., com sede em Faro na Rua do Repouso n.º 10, código postal 8000 – 302, é uma Sociedade Anónima de direito privado e capitais maioritariamente públicos criada pelo Decreto-Lei n.º 168/2000, de 5 de agosto, e surgiu por fusão das Sociedades Águas do Sotavento Algarvio, S.A e Águas do Barlavento Algarvio, S.A. Essas sociedades foram constituídas, respectivamente, pelo Decreto-Lei n.º 130/95, de 5 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 136/95, de 12 de junho, com a responsabilidade pelo cumprimento dos dois contratos de concessão outorgados em 10 de agosto de 1995 com o Estado Português, relativos aos Sistemas Multimunicipais de Captação, Tratamento e Abastecimento de Água ao Barlavento e ao Sotavento Algarvio, criados pelo Decreto-Lei n.º 379/93 de 5 de novembro.

Com a criação pelo Decreto-Lei n.º 167/2000 do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, foi atribuída à Sociedade a concessão da exploração e gestão do referido sistema pelo Decreto-Lei n.º 172/B-2001 de 26 de maio, e celebrado o contrato de concessão entre o Estado Português e a empresa em 26 de maio de 2001.

Em 8 de novembro e com a publicação do Decreto-Lei n.º 285/2003 foi criado o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve, resultante da fusão dos sistemas do Barlavento e do Sotavento.

Em 7 de fevereiro de 2005, foi assinado o contrato de concessão relativo à fusão dos dois sistemas Multimunicipais do Barlavento e Sotavento Algarvio, entre o Estado Português e a Águas do Algarve, S.A.

O objecto social da Sociedade é “a exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água do Algarve”.

O capital social realizado à data de 31 de dezembro de 2013, era de € 29.230.875,00, correspondendo a 5.846.176 ações de valor nominal de € 5,00 cada. Em 31 de dezembro faltava realizar € 594.125,00 relativos ao aumento de capital social.

Este Município detém, no âmbito dos Sistemas Multimunicipais de Captação, Tratamento e Abastecimento de Água, 119.520 ações (que se encontram depositadas na conta n.º 0018000500844 da Caixa Geral de Depósitos), sendo 60.980 ações da classe A e 58.540 da classe B, correspondendo a 4,85% do capital social no valor de € 597.600,00.

Relativamente ao Sistema Multimunicipal de Saneamento, a empresa Águas do Algarve informou esta autarquia de um aumento de capital social da sociedade em € 16.367.850,00, a realizar em 2003 (30%), 2004 (35%) e 2005 (35%).

Com efeito, em Assembleia-geral de 19 de março de 2003, foi deliberado o aumento do respectivo capital social, resultante da concessão à empresa, do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve. A repartição do capital social pelos diferentes municípios, atendeu às percentagens originárias das sociedades Águas do Sotavento e Barlavento Algarvio, o que equivale para esta autarquia a 169.750 ações, cada uma no valor de € 5,00, perfazendo um total de € 848.750,00 (5,19%), valor este que ficou totalmente realizado em 2005.

Neste contexto, o Município de Albufeira detém 289.270 ações no valor total de € 1.446.350,00, o que equivale a 4,85% do Capital Social da empresa.

Tendo em atenção que o relatório de 2014 ainda se encontra em fase de elaboração, analisa-se de seguida o relatório e contas de 2013.

Da análise do relatório e contas referente ao exercício de 2013, salientam-se os seguintes indicadores: o total do Balanço é de € 544.982.093, o Volume de Negócios é

de € 53.035.421, o Capital Próprio é de € 38.385.202 e o Resultado Líquido é de € 3.098.569.

➤ **ALGAR – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A**

A empresa Algar – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., com sede na Rua Cândido Guerreiro n.º 43 – 3.º frente, 8000-318 Faro, foi constituída formalmente pela publicação do Decreto-Lei n.º 109/95, de 20 de maio.

O capital social da empresa em 2013 é de € 7.500.000,00, correspondendo a 1.500.000 acções de valor nominal de € 5,00 cada.

O Município detém 84.900 acções da classe A, correspondendo a 5,66% do capital social, equivalente a € 424.500,00 que se encontram depositadas na conta n.º 0018000500844 da Caixa Geral de Depósitos.

Da análise do relatório e contas referente ao ano de 2014 salientam-se os seguintes indicadores: o total do Balanço é de € 85.511.726, o Capital Próprio é de € 11.820.277, o Volume de negócios é de € 16.359.031 e o Resultado Líquido é de € 267.280.

➤ **POLISALBUFEIRA, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, S.A.**

A POLISALBUFEIRA, Sociedade para o desenvolvimento do programa Polis em Albufeira, S.A, com sede na Avenida da Liberdade, n.º 52 – 1.º Dto., 8200-002 Albufeira, foi constituída ao abrigo do Decreto-Lei n.º 36/2001, de 8 de fevereiro.

Tem capital social no valor de € 8.500.000,00, subscrito na proporção de 60% pelo Estado (€ 5.100.000,00) e 40% pelo Município de Albufeira (€ 3.400.000,00); é representado por 8.500 acções nominativas com o valor de € 1.000,00 cada uma.

Em 16 de maio de 2001, foi outorgado entre a Sociedade “*PolisAlbufeira, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, S.A.*”, e a “*Parque Expo 98, S.A.*”, Contrato de Mandato, nos termos do qual a *PolisAlbufeira* concedeu à *Parque Expo*, mandato de representação, mediante retribuição para prestação e conclusão, segundo instruções e directivas da mandante de Serviços de

Apoio e Assessoria Financeira, Apoio e Assessoria Jurídica, Divulgação e Conhecimento, Arquitectura e Ordenamento, Controlo e Planeamento e Engenharia e Fiscalização, visando a divulgação, coordenação global e gestão da Intervenção;

Nos termos daquele Contrato, a mandatária referenciada ficou responsável pelo fornecimento dos serviços necessários a uma gestão integrada de todas as actividades relativas à realização do Programa Polis de Albufeira, sendo que a vigência daquele terminava em dezembro de 2007. Sucedeu, no entanto, que acordaram os outorgantes prorrogar a vigência daquele contrato até setembro de 2008, atenta a previsão da necessidade de assegurar a conclusão de actividades ainda em curso, no âmbito da intervenção do Programa Polis. A prorrogação do mencionado *Contrato de Gestão Global*, acarretou a obrigação do pagamento, pela *Sociedade PolisAlbufeira à Parque Expo*, da quantia de € 446.304,00. A “*PolisAlbufeira, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, S.A.*”, encontrava-se em fase de liquidação, sendo o termo daquele processo fixado para 31 de dezembro de 2008.

No decorrer do ano 2008, os accionistas acima mencionados aprovaram a realização de prestações suplementares de capital no montante total de € 446.304,00, a suportar pelos accionistas na proporção do capital social detido por cada um. O valor realizado pelo Município de Albufeira foi de € 178.522,00.

Passa-se de seguida a uma breve análise do relatório e contas de 2009, da qual se salientam os seguintes indicadores: o total do Balanço é de € 35.110.784,55, o Capital Próprio é de € 13.998.593,40, sendo o Resultado Líquido do Exercício nulo.

➤ **IMORTAL DE ALBUFEIRA FUTEBOL, S.A.D.**

O Imortal de Albufeira Futebol, S.A.D., com sede no Estádio Municipal de Albufeira, tem como objectivo principal a participação na modalidade de futebol em competições desportivas de carácter profissional, a promoção e organização de espectáculos desportivos e o desenvolvimento de actividades relacionadas com a prática desportiva profissionalizada da modalidade de futebol.

O município detém 9.976 acções da categoria B nominativas, cada uma no valor de € 5,00, o que perfaz um total de € 49.880,00.

Tendo em conta que o relatório e contas de 2014 ainda se encontra em fase de elaboração e os de 2003 a 2013 ainda não estão disponíveis, analisaremos de seguida os dados referentes ao exercício de 2002, em traços gerais, uma vez que se trata de dados pouco recentes.

Da análise do relatório e contas referente ao ano de 2002, salientam-se os seguintes indicadores: o total do Balanço é de € 5.007.244,50, o Capital Próprio é de € 1.606.163,57, sendo o Resultado Líquido do Exercício negativo em € 518.880,56.

➤ **GLOBALGARVE - Cooperação e Desenvolvimento, S.A.**

A empresa Globalgarve - Cooperação e Desenvolvimento, S.A., com sede na Rua Dr. José de Matos, nº 56 – 8000-502 Faro, é uma Sociedade Anónima com capitais maioritariamente públicos.

O objecto social da Sociedade é promover e executar acções relacionadas com o desenvolvimento endógeno, nomeadamente, estudos e planificação, desenvolvimento ou gestão de infra-estruturas, valorização de recursos, serviços a empresas, serviços a colectividades territoriais, acções de formação e acções internacionais, como participação em organizações da União Europeia e cooperação. Para a realização do seu objecto social, a sociedade visa ainda, a promoção e execução de projectos subvencionados ou não, destinados ao reforço das infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento local, à criação de acções de valorização / revalorização do potencial económico endógeno da região e ao desenvolvimento de estruturas interinstitucionais para a concretização de acções, visando o aproveitamento e potenciação de recursos (centro de empresas / inovação e negócios, ninhos de empresas e / ou instalações de mudança de escala, instalações de mudança de escala, instalações para produções colectivas de pequena escala, pólos ou parques tecnológicos ou científicos, parques de mercadorias, Indústria e Serviços, Oficinas Tecnológicas). Aspira, igualmente, aquela sociedade, para a realização do respectivo objecto social, a promoção e execução de projectos interinstitucionais, de informação, formação e desenvolvimento económico; a promoção dos recursos da região, dentro e fora do território nacional; promoção e execução de projectos de cooperação regional, no âmbito internacional, de resultados económicos, sociais e culturais.

O capital social da empresa em 2011 é de € 279.500,00 €, dividido em acções com o valor nominal de € 10,00 € cada uma, nos termos do constante dos respectivos estatutos.

Atento nos objectivos e fins prosseguidos pela referenciada sociedade, assim como nas múltiplas acções por aquela desenvolvidas em cumprimento do respectivo objecto social, subscreveu este Município de Albufeira o capital social daquela e, dessa forma, passando a integrar a mesma como accionista, mediante a subscrição de 100 acções nominativas, num valor total de € 1.000,00, representativo de 0,36% do Capital Social.

Tendo em conta que o relatório e contas de 2013 ainda se encontra em fase de elaboração e o de 2012 ainda não foi disponibilizado, analisa-se de seguida o relatório e contas referente ao exercício de 2011, salientando-se os seguintes indicadores: o total do Balanço é de € 1.104.693,93, o Volume de Negócios é de € 102.170,17, o Capital Próprio é negativo em € 160.637,29 e o Resultado Líquido é negativo em € 97.827,97.

8.2.19. Não foram encontradas diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do activo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adoptados e as quantias correspondentes aos respectivos preços de mercado.

8.2.22. O valor global das dívidas de cobrança duvidosa ascende a € 5.925.590,57.

8.2.26. Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança de acordo com o seguinte mapa:

8.2.26 - CONTAS DE ORDEM

CONTAS		Saldo da Gerência anterior		Movimento Anual		Saldo para a Gerência Seguinte	
Código	Designação	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Garantias e Cauções							
093	Garantias e Cauções de Terceiros						
0932	Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas	652.679,64		35.403,94		688.083,58	
09321	Prestadas por Fornecedores de c/c	34.110,16		12.673,83		46.783,99	
09322	Prestadas por Fornecedores de Imobilizado	618.569,48		22.730,11		641.299,59	
09323	Prestadas por Outros Credores						
0933	Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas				176.614,32		176.614,32
09331	Devolvidas a Fornecedores de c/c				27.396,71		27.396,71
09332	Devolvidas a Fornecedores de Imobilizado				149.217,61		149.217,61
09333	Devolvidas a Outros Credores						
0934	Garantias e Cauções de Terceiros, Accionadas						
09341	Accionadas a Fornecedores de c/c						
09342	Accionadas a Fornecedores de Imobilizado						
09343	Accionadas a Outros Credores						
Total de Garantias e Cauções		652.679,64	0,00	35.403,94	176.614,32	511.469,26	
Recibos para Cobrança							
092	Recibos para Cobrança (Receita Virtual)						
0921	À responsabilidade do Tesoureiro	6.484.660,01		3.889.990,34	4.164.292,24	6.210.358,11	
0922	À responsabilidade de Outros Agentes	3.611.760,85		21.985.691,60	19.432.909,62	6.164.542,83	
Total de Recibos para Cobrança		10.096.420,86	0,00	25.875.681,94	23.597.201,86	12.374.900,94	
Total		10.749.100,50	0,00	25.911.085,88	23.773.816,18	12.886.370,20	

8.2.27. Desdobramento das contas de provisões acumuladas e respectivos movimentos ocorridos durante o ano em apreço, de acordo com o seguinte quadro:

Código das Contas		Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
19	Provisões para aplicação de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para cobranças duvidosas	4.712.580,27	684.513,28	0,00	5.397.093,55
292	Provisões para riscos e encargos	1.272.545,76	0,00	594.771,44	677.774,32
39	Provisões para depreciação de existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Provisões para investimentos financeiros	0,00	3.629.401,79	0,00	3.629.401,79

8.2.28. O Resultado líquido do Exercício de 2013 foi positivo em € 14.067.225,72. Foi aprovado, na prestação de contas de 2013, a aplicação de 5% deste valor, no montante de 703.361,29 € para Reservas Legais, e a transferência do remanescente para a conta 59 – Resultados Transitados.

8.2.29. O valor dos custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas, como segue.

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	99.694,41	703.869,49
Compras	5.140.675,03	268.351,14
Regularizações de existências	0,00	0,00
Existências finais	99.475,41	648.621,36
Custos no exercício	5.140.894,03	323.599,27